



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de setembro de 2016, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artigo 91.º da Lei do Orçamento de estado para 2016.

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artigo 91.º da Lei do Orçamento de estado para 2016.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e à Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus que o acompanhava, enquadrou a audição no contexto das regras estabelecidas no Orçamento de Estado para 2016 relativamente ao cofinanciamento de mecanismos europeus em favor dos refugiados, dando cumprimento à “audição do membro do Governo responsável pela área dos Negócios Estrangeiros pela Assembleia da República” prevista antes de realização dessa operação.

Na sua intervenção inicial o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu o acordo celebrado a 18 de março entre a União Europeia e a Turquia, de onde resulta este mecanismo em favor dos refugiados, financiado no conjunto da União Europeia em cerca de 3 mil milhões de euros, devendo Portugal contribuir cerca de €24 milhões ao longo do período que está previsto o mecanismo funcionar. Esta audição precedia e era uma condição para a realização do pagamento de Portugal de uma tranche devida desse seu contributo, relativa a 2016, no valor de cerca de €7,2 milhões.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu alguns factos relevantes de enquadramento deste mecanismo: a Turquia recebeu cerca de 3 milhões de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 2.ª SL

refugiados da Síria, precisando de apoio internacional para os poder acolher; o mecanismo, que não tem por objetivo apoiar o Estado Turco, é dirigido a projetos de proteção e integração dos refugiados, sendo desenvolvidos por autoridades internacionais e organizações não-governamentais; a concretização deste mecanismo tem vindo a fazer-se a ritmo assinalável, tendo já sido aprovados 46 projetos, dos quais 32 já contratualizados, num valor executado de €467 milhões. Fez um balanço dos resultados positivos e limitações do acordo com a Turquia: por um lado a sua capacidade de reduzir o tráfico humano ilegal, reduzindo também as mortes que resultam do fluxo de migrações da rota do Mediterrâneo Oriental, pondo em prática um mecanismo de reinstalação que permita assegurar um fluxo regular de refugiados da Turquia para a Europa; por outro um fluxo de retorno de migrantes da Grécia para a Turquia ainda baixo, assim como um ritmo reduzido de reinstalação de refugiados da Turquia para a Europa, designado por mecanismo “um por um”, embora com um aumento do ritmo de reinstalação verificado no mês precedente, mantendo-se elevados os problemas globais de fluxos migratórios irregulares, nomeadamente do Mediterrâneo Central, provenientes do Egito ou Líbia para o Sul de Itália, provenientes dos países do Sahel e Magrebe. Nesse capítulo referiu o apoio de Portugal às respostas globais da União Europeia dirigidas às causas da migração irregular, nomeadamente ao *Migration Compact*, ao Quadro de Parceria para a Cooperação em Migrações com Países de Origem ou Trânsito e à cooperação no Plano de Investimento em África anunciado pelo Presidente Juncker no seu discurso sobre o Estado da União de 2016. Referiu também o contributo de Portugal para a criação de um mecanismo rápido de resposta que permita aos refugiados prosseguir os seus estudos secundários ou superiores, preconizada pelo Senhor Doutor Jorge Sampaio, proposta essa apresentada e muito bem recebida em reuniões internacionais recentes sobre refugiados tais como a conferência promovida pela Nações Unidas e a cimeira promovida pelo Presidente Obama.

Na ronda única de intervenções, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados: **Rubina Berardo (PSD)**, a qual perguntou pelo andamento do acordo relativamente à concessão de vistos aos cidadãos turcos, em especial aos critérios por cumprir nesse acordo, e que impacto teria o estado de emergência em vigor na Turquia, declarado desde a tentativa de golpe de estado nesse país em junho de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 2.ª SL

2016, sobre a evolução desse acordo e sobre o compromisso financeiro de Portugal nesse contexto; **Francisca Parreira (PS)** relevou a importância de Portugal no contexto da Europa quando assumiu a política de reinstalação e de acolhimento dos refugiados como uma obrigação; sublinhou o orgulho do exemplo dado por Portugal, não se ficando apenas pelo compromisso com obrigações mas também produzindo conteúdos e contribuindo para encontrar, junto com organizações de apoio aos refugiados, soluções de melhoria na integração e construção de um projeto de vida para as pessoas recebidas, incluindo o apoio à conclusão dos seus estudos superiores; sublinhou a importância das medidas implementadas para reduzir a precaridade da situação dos migrantes e salvar vidas; finalizou por perguntar a perspetiva do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o Roteiro de Bratislava e a questão da posição aí assumida sobre a política de apoio aos refugiados; **Isabel Pires (BE)** considerou importante saber como está a funcionar o acordo UE-Turquia, sublinhando que o seu Grupo Parlamentar discordou desse acordo por considerar que foi uma forma da União Europeia e dos seus Estados-Membros reduzirem a sua responsabilidade na gestão da crise humanitária em curso; se por um lado o mecanismo não é de apoio direto ao Estado Turco, por outro uma das contrapartidas do acordo é agilizar o processo de liberalização dos vistos em negociação com esse Estado, visto com preocupação no contexto das medidas tomadas na sequência da tentativa de golpe de estado; considerou que a própria UE deveria colocar contrapartidas nessas negociações, tais como medidas efetivas de salvaguarda de liberdades e garantias na Turquia; solicitou detalhe dos projetos e das organizações financiadas pelo mecanismo de apoio aos refugiados, referindo que apesar dos projetos continuam a haver problemas no terreno, incluindo relatos de ataques pela polícia turca aos refugiados e o facto do encerramento de rotas estar simplesmente a desviar os fluxos para outras rotas; **Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)** assinalou ter o seu Grupo Parlamentar apoiado em conjunto com o PS a norma da Lei do Orçamento que fundamenava a Reunião, saudando os resultados conseguidos pelo mecanismo que apoiaram, uma vez que considera necessário conseguir a cooperação de países exteriores à União Europeia, e o facto do acordo ter já conseguido reduzir em 100 vezes o número de travessias irregulares de migrantes, conforme informara o Senhor Comissário Carlos Moedas na sua audição na CAE no dia anterior, tendo a virtude de distinguir refugiados com necessidade de proteção



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 2.ª SL

internacional dos que são apenas migrantes económicos; referiu que o acordo com a Turquia não é um fim em si mesmo mas um meio para alcançar esses resultados, não esgotando as respostas necessárias para os fluxos migratórios irregulares tais como a resolução dos conflitos no Iraque, Síria e Líbia, lamentando que as estatísticas indiquem que este ano venha a ser aquele em que se verifica maior número de mortes como resultado desses fluxos; considerou que a crítica sem apresentação de alternativas não produziria melhores resultados; perguntou qual a posição do governo relativamente à possibilidade de negociação com a Líbia e ao pacote legislativo do Sistema Europeu Comum de Asilo ou SECA para terminar a migração ilegal na Europa; finalizou com um pedido de confirmação do número de refugiados integrados no ensino superior em Portugal; **Paula Santos (PCP)** considerou que a União Europeia adotou para lidar com a migração uma postura de identificação, retenção e expulsão, recorrendo para isso a medidas militaristas e securitárias tais como a Guarda Costeira, o reforço da cooperação com a NATO e, seguindo esta linha, o acordo UE-Turquia, que considerou não respeitar os direitos de asilo que estão consagrados na lei internacional ou os mais básicos direitos humanos, não sendo asseguradas condições básicas de vida aos migrantes e ocorrendo nas fronteiras turcas situações inquietantes que terão levado à morte de refugiados sírios, pelo que não identificou aspetos positivos que resultassem desse acordo; o seu Grupo Parlamentar alertou aliás aquando do encerramento da rota dos Balcãs que deveriam ser mantidos corredores seguros para estes refugiados; também quando foi assinado este acordo alertaram para as suas consequências tais como o aumento do fluxo de refugiados que tentam entrar na Europa por outras vias, o que sucedeu e estaria na origem do aumento de mortes de migrantes na travessia do Mediterrâneo para tentar entrar na Europa por Itália; perguntou qual o conhecimento concreto que o Governo tem das condições dos refugiados na Turquia e, perante esse conhecimento, que projetos é que Portugal pretenderia financiar com esta transferência de verbas; qual a posição do Governo quanto à adesão à União Europeia da Turquia que, recordou, mantém a ocupação do Chipre; e se podia quantificar quantos estudantes e outros refugiados sírios já teriam chegado ao nosso país ao abrigo do mecanismo de recolocação e como estaria a decorrer a sua integração.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros agradeceu as questões colocadas às quais respondeu individualmente. Convidou ainda a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus a usar da palavra, a qual enquadrou o objeto da Audição no contexto do Roteiro de Bratislava previamente discutido em audição na CAE de 21 de setembro. Por fim o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou alguns números quanto aos bolseiros refugiados sírios apoiados por Portugal no ensino superior e entregou detalhe dos projetos apoiados pelo mecanismo de apoio aos refugiados para distribuição pelas Senhoras e Senhores Deputados da CAE.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1318&title=audicao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros>)

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 outubro 2016.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Costa Silva
António Gameiro
António Sales
Carlos Costa Neves
Carlos Pereira
Duarte Marques
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Inês Domingos
Isabel Pires
Manuel Rodrigues
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Moisés Ferreira
Paula Santos
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Vitalino Canas